



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.14 , nº 02 / jul-dez 2020, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

“Eu me sinto alegre de ver o verde que deu aqui”: a restauração ecológica pela agricultura familiar na Amazônia

“I feel cheerful when I see the green that has grown here”: ecological restoration by family farmers in Amazonia

Marcelo Lucian Ferronato, Doutorando, UNIR, marcelo@ecopore.org.br;
Emanuel Fernando Maia de Souza, Doutor, UNIR, emanuel@unir.br;
Anna Frida Hatsue Modro, Doutora, UNIR, anna.frida@unir.br.

Resumo

Esse trabalho analisa o envolvimento de agricultores familiares da sub-bacia do rio Palha em ações de restauração ecológica na região da Zona da Mata Rondoniense. Para isso foram realizadas 26 entrevistas abertas que oferecem resultados para refletir sobre as três dimensões do estudo: a) a compreensão e o sentimento de agricultores familiares em relação ao seu entorno e ao ambiente; b) o conhecimento etnoecológico nos processos de recuperação das áreas degradadas; c) estratégias inovadoras que promovam a adesão aos programas de restauração ecológica a partir das experiências dos agricultores familiares. Para análise foi utilizada a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, a qual resultou em 10 Ideias Centrais. Questões relativas ao meio ambiente são presentes nas Ideias Centrais na fala dos agricultores em todas as dimensões do estudo, demonstrando que os agricultores carregam com eles traços do campesinato e que contribuem de forma significativa para os processos de restauração ecológica.

Palavras-chave

Análise do discurso. Etnoecologia. Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This work analyzes the involvement of family farmers from the Palha River sub-basin in ecological restoration actions in the Zona da Mata region, Rondônia. Twenty-six open interviews were carried out to reflect on the study's three dimensions: a) family farmers' understanding and feelings about their surroundings and the environment; b) ethnoecological knowledge in the recovery processes of degraded areas; c) innovative strategies to promote adherence to ecological restoration programs based on family farmers' experiences. The Collective Subject Speech methodology was used for analysis, resulting in 10 Central Ideas. Environmental issues are present in the Central Ideas in farmers' speech in all dimensions of the study, demonstrating that farmers carry with them traces of their peasant tradition that contribute significantly to ecological restoration processes.

Keywords

Discourse analysis. Ethnoecology. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

Na região centro-sul do estado de Rondônia, a implantação de programas governamentais de desenvolvimento e colonização agrícola, realizados a partir da década de 1970, causaram significativas alterações na paisagem decorrentes do desmatamento (FEARNSIDE, 1986; FEARNSIDE, 1989; ALVES et al., 1999; BATISTELLA; MORAN, 2005). No decorrer desse histórico movimento migratório, o desmatamento tem sido a forma de consolidar a posse da ocupação rural (FIORI; FIORI; NENEVÉ, 2003). Essa região teve sua cobertura vegetal nativa reduzida a pequenos fragmentos ao longo do tempo, atingindo níveis inferiores a 20%, excetuando-se as áreas de Unidades de Conservação e/ou Terras Indígenas (CAVALHEIRO et al., 2015).

O modelo agropecuário aplicado fez com que a vegetação nativa, tanto de Reservas Legais (RL) quanto de Áreas de Preservação Permanentes (APP) fossem, em grande parte, ocupadas por pastagens, acarretando processos erosivos, redução do volume e qualidade da água dos mananciais da região dentre outros impactos negativos aos agroecossistemas e ecossistemas locais. As consequências negativas desses impactos têm sido observadas por agricultores familiares na região (FERRONATO, 2016).

Essa observação conduz alguns proprietários de áreas rurais a participarem de iniciativas voltadas a restauração ecológica da vegetação, alinhadas ao código florestal brasileiro (FERRONATO et al., 2015). Iniciativas que, por consequência, contribuem para consecução de metas brasileiras junto a tratados internacionais sobre o clima, como o acordo de Paris (KÄSSMAYER, K; FRAXE NETO, H. J. 2016).

Diante destas questões o que fazer para consolidar estratégias de restauração ecológica, em um ambiente com alto índice de passivos ambientais, em meio a um tecido social avesso a questão ambiental? Visando responder esse questionamento, esta pesquisa de base etnoecológica (GÓMEZ-POMPA, 1971; BALÉE, 1992; MARQUES, 1995; ADAMS, 2000), investigou, por meio de técnicas de análise do discurso do sujeito coletivo – DSC (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006; DUARTE et al., 2009), a percepção e o envolvimento dos agricultores familiares (NAVARRO, 2010; NAVES; MENDES 2014; ABRAMOVAY, 1998) em ações de restauração ecológica de áreas degradadas na região da sub-bacia do rio Palha, situado na microrregião da Zona da Mata Rondoniense - ZMR.

PERCURSO METODOLÓGICO

A definição da região estudada e suas características

A pesquisa foi desenvolvida na região da sub-bacia do rio Palha (Figura 1), a qual ocupa 1.411 km² (8,24%) da porção territorial da ZMR¹ (ECOPORÉ, 2013). Abrange parte dos municípios de Rolim de Moura, Castanheiras e Novo Horizonte do Oeste, os quais detêm uma área de 3.224 km², dos quais 2.808,70 km² (86%) desmatados (INPE, 2019). O clima é do tipo AW - Clima Tropical Chuvoso, com estação seca bem definida (ALVARES et al., 2013).

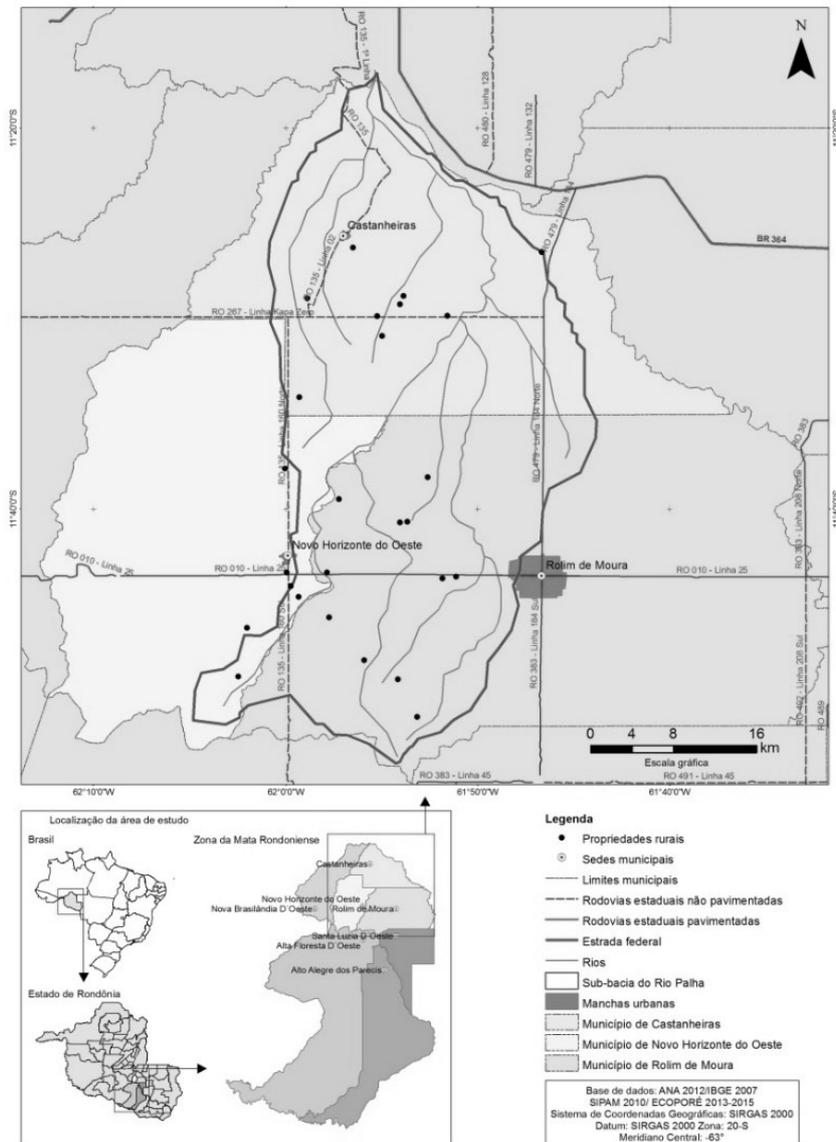
O rio Palha é um importante manancial por sua função de abastecimento urbano, (a captação de água para os três municípios de abrangência é feita em cursos d'água que compõe a referida sub-bacia), além de atender as atividades agropecuárias, vetor de desenvolvimento da economia local, impulsionado pela pecuária bovina de corte e leite. Na região, ocorre à expansão da fronteira de grãos ligada ao agronegócio, o que pressiona as unidades de produção da agricultura familiar a ocupar áreas marginais (SILVA, 2016).

A escolha da região de estudo se justifica em decorrência da realização, nos últimos 12 anos, de ações voltadas a restauração ecológica, por meio de projetos da organização da sociedade civil (OSC) Ecoporé, sendo, portanto, um ambiente propício para o levantamento das informações.

Ademais, segundo a avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros (BRASIL, 2007), a recuperação de áreas degradadas é uma ação considerada de prioridade alta para a Ecorregião Madeira-Tapajós, onde os municípios contemplados neste estudo estão inseridos. Além disso, segundo o Planaveg – Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa a região possui entre 50% a 70% de passivos ambientais que necessitam ser recuperados (PLANAVEG, 2017).

¹ Formam a microrregião administrativa da Zona da Mata Rondoniense (ZMR): Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura.

Figura 1. Localização da região de estudo, destacando os municípios e a localização das propriedades rurais (pontos pretos) selecionadas para realização das entrevistas.



Os participantes, a metodologia de intervenção e a análise.

O estudo se deu junto a agricultores familiares envolvidos em ações de restauração ecológica. Considerando a região de estudo e as informações a serem obtidas, optou-se pela escolha intencional dos entrevistados, a qual é utilizada quando o universo a ser pesquisado é conhecido e seria inviável realizar uma investigação qualitativa integral com toda a população, por questões estruturais ou temporais (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003).

A amostragem foi definida a partir dos dados secundários da base cadastral de agricultores da Ecoporé², que realizaram voluntariamente ações de recomposição florestal de áreas degradadas, seja por meio de intervenções diretas em APP, e/ou na implantação de sistemas produtivos de baixo carbono em RL (ECOPORÉ, 2015). De posse das informações secundárias, definiu-se a realização de vinte e seis entrevistas, o que corresponde a 16% do universo total de 164 agricultores cadastrados atendidos pela entidade.

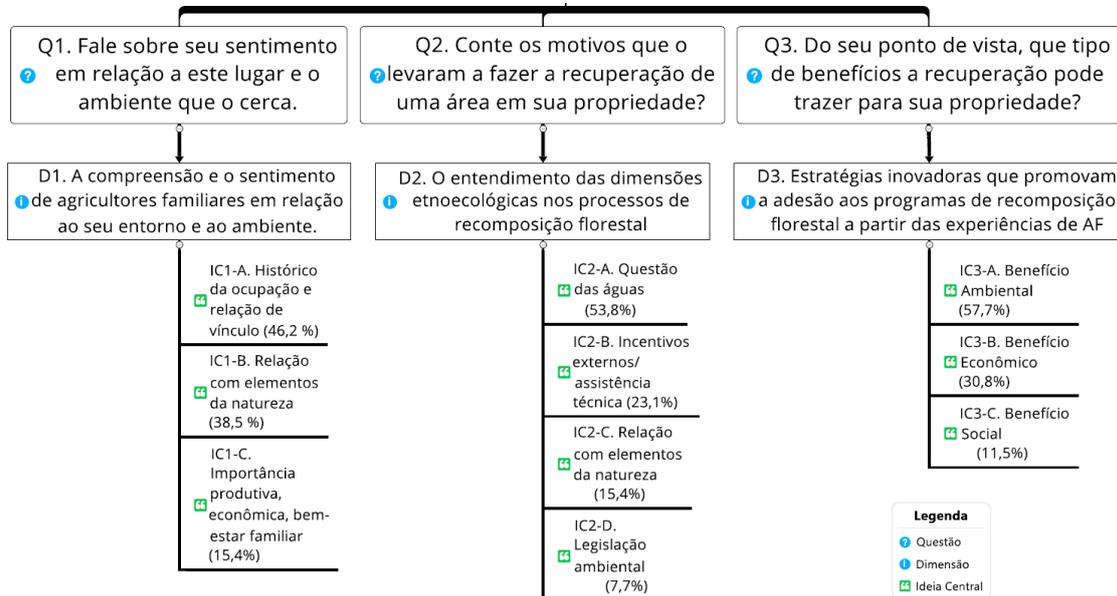
Para acessar a percepção ambiental e o envolvimento dos entrevistados acerca do processo de restauração de áreas degradadas foi empregada pesquisa de natureza qualitativa (TRIVINÕS, 1987), por meio de entrevista aberta com três perguntas. O aceite das entrevistas se deu por meio da assinatura de termo de consentimento livre prévio esclarecido em duas vias, a qual uma permaneceu de posse dos autores e outra de posse do entrevistado. Para análise das informações obtidas nas entrevistas, utilizou-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003), associada ao software DSCSoft 1.1.0.0, o qual possibilita a confecção de depoimentos coletivos a partir de extratos de diferentes depoimentos individuais – cada um desses depoimentos coletivos veiculados a uma determinada e distinta opinião ou posicionamento, tais depoimentos redigidos na primeira pessoa do singular, com vistas a produzir, no receptor, o efeito de uma opinião coletiva, expressando-se diretamente como fato empírico, pela “boca” de um único sujeito de discurso (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006), tais trechos estão identificados nesse artigo grifados em *itálico*.

ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO, DIMENSÕES, ABORDAGENS E PERCEPÇÕES

A análise dos resultados das entrevistas decorrentes das três questões (Q) abordadas no decorrer de vinte e seis entrevistas resultou em dez Ideias Centrais – IC (Figura 2). A IC: Relação com os elementos da natureza é compartilhada em duas das três dimensões (D) do estudo, sendo discutida de forma unificada.

² Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que desenvolve, por meio de projetos, ações de recomposição florestal de áreas desmatadas desde 2008, atendidas entre os anos de 2013 a 2015.

Figura 2. Questões abordadas (Q), dimensões da pesquisa (D), ideias centrais (IC) e percentual de agricultores para cada ideia central em cada uma das dimensões do estudo.



O **histórico da ocupação da propriedade (IC1-A)** refere-se à representação coletiva e forte elo de vínculo com o espaço, se faz presente em 46% das entrevistas. As memórias apresentadas no discurso coletivo trazem à tona as dificuldades enfrentadas no início do processo de ocupação do território como pode ser observado no trecho: “*No começo foi difícil, mas a gente venceu, né, e hoje a gente já está mais tranquilo, trabalha mais pouco*”, ou quando se referem a políticas orientadoras do Estado na época, além de justificativas quanto à forma de uso e ocupação do solo que proporcionou a derrubada da floresta para implementação das atividades agropecuárias, conforme evidenciado em:

É o desgosto que a gente teve, eh... de ser incentivado pelo estado e agora ele manda a gente, eh... voltar a reflorestar” e, “o pessoal não tinha a noção, né, a noção que cabeceira de nascente de água poderia derrubar, eles pensavam que tinha que derrubar, né.

A identidade territorial é formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas, constituída a partir das relações estabelecidas com território e com a cultura através dos valores, tradições, crenças e costumes (SILVA; MENDES, 2010). O vínculo com o local é parte do processo de construção da identidade, somado aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011), nesse

último aspecto representado pelas tradições, as culturas, as crenças, os valores, os ritos, as representações e as próprias relações sociais (ANJOS et al., 2008).

Identidade de lugar acaba sendo uma subestrutura da identidade pessoal, construída pela interação do indivíduo com seu entorno físico e social, relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito (MOURÃO; CAVALCANTI, 2011).

O discurso coletivo evidencia as memórias relativas às dificuldades encontradas para “vencer” as barreiras impostas pela floresta no momento inicial de ocupação do território, constituem a base imaterial/subjetiva. Enquanto o trabalho demandado para derrubar a floresta e tomar posse da propriedade rural caracteriza a base material/objetiva, na qual a terra é o meio de produção/reprodução social.

A partir da consolidação da posse da terra e o desenvolvimento das atividades produtivas, que proporcionaram melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida, as relações com o território passam a ser ressignificadas. A nova ordem social estabelecida, somadas as influências culturais de povos tradicionais da Amazônia e imigrantes de diversas regiões do país, confronta as concepções de valores, tradições, crenças e costumes dos sujeitos. Esse confronto entre o período de ocupação e o momento atual é o que conclui que os agricultores familiares da região se encontram em pleno processo de construção de sua identidade social e territorial.

Considerando que a caracterização da identidade territorial é altamente relevante para análise da percepção ambiental, quando indagados sobre seus sentimentos em relação ao lugar os agricultores familiares apresentam íntima relação imaterial/subjetiva com a floresta e material/objetiva com o ambiente em seu entorno, logo, o processo identitário, inevitavelmente apresenta a **relação com elementos da natureza (IC1-B e IC2-C)**, presente em 38% e 15% das entrevistas, respectivamente. São as expressões chave que, quando citadas demonstram sua capacidade de compreender os fenômenos e processos naturais, como em: “*Acho bom da gente tá olhando os pássaro cantando, né, a gente tá aqui quer dar uma saidinha a gente sai pra distrair um pouco, né, a gente acha bom... Nós planta árvore pra dar sombra, é um lugar fresco*”.

Para os agricultores a relação com a natureza é fundamental, pois o espaço concretizado na propriedade é o espaço de aprendizado, produção e reprodução social

(NAVARRO, 2010). Esta compreensão se dá a partir do momento no qual essas pessoas incorporam ao discurso expressões como *clima, mata, mundo, tempestades, controle do meio ambiente, ver o verde, fruteira, água, árvore, nascente, reflorestar, pássaro, reserva, sombra*. São expressões que demonstram claramente que os agricultores familiares, além de terem acesso a informações sobre as questões ambientais globais, conseguem ter a sensibilidade, ao observar o entorno e o ambiente, sobre a importância do equilíbrio ambiental para sua qualidade de vida.

Essa relação é demonstrada pelo processo histórico, materializado desde o último quarto do século XX. O século, como um todo, assistiu à lenta transformação da conotação do termo ambiente, decorrente do crescimento das discussões ambientais, ainda que inicialmente sob concepção majoritariamente naturalista (MENDONÇA, 2000). Desde então, os debates acerca do meio ambiente se intensificaram cada vez mais, forçaram governos e a sociedade a propor e a cumprir medidas que visam reduzir as pressões antrópicas sobre a natureza.

Essa retórica também tem chegado ao espaço agrário, basicamente por três meios: a) acesso aos meios de comunicação; b) necessidades de acesso aos mercados e/ou financiamentos, cada vez mais exigentes em regularização ambiental; c) observação dos próprios agricultores dos fenômenos da natureza, conforme evidenciado no trecho: “*Vendo a falta de chuva que nós tamo [estamos] tendo hoje, a quentura [calor] que nós tamo tendo hoje. E a gente sabe que a natureza precisa de alguma recuperação e se a gente não pensasse isso antes, talvez ficaria tarde depois*”.

Falta de chuva, quentura, natureza, recuperação, árvore. São expressões do discurso que nos levam à reflexão sobre a importância da natureza para homem do campo nos remetendo ao conceito de camponês, que é aquele onde não há distinção entre classe e modo de vida (SHANIN, 1979). Os agricultores familiares que remetem a esse discurso, não têm a propriedade rural apenas como fonte de renda através da lógica do capital existente no meio rural, mas de certa forma, aqueles que mantem traços do campesinato, que tem a propriedade rural como modo de vida, e a natureza é parte integrante de seu próprio ser, assim como ele é parte integrante da natureza. Essas questões o levam a perceber, pensar e agir em sua propriedade e em sua comunidade, normalmente, baseado em outros valores, dentre os quais o ambiente que se está inserido.

Deve-se considerar que a presença do campesinato de origem sulista em Rondônia

teve início na década de 1970 (SILVA, 2016), no caso dos entrevistados o tempo de ocupação dos lotes é inferior a 30 anos, para aproximadamente 61%, esse tempo pode ser considerado curto, pois estas pessoas, ao virem para região, trouxeram consigo aprendizados oriundos de suas regiões de origem, que em diversas situações não se aplicam ao território onde vivem atualmente. Vale aqui destacar que anterior a esse processo de colonização, configurava-se em Rondônia um campesinato extrativista, amplamente conceituado na sociologia e antropologia como “populações tradicionais” (SILVA, 2016).

Há de se considerar a dependência direta dos recursos naturais pela agricultura para o bem viver e para a produção agrícola, que reflete na percepção de que o espaço deve ser ocupado com as atividades consideradas produtivas, daí a **Importância produtiva, econômica, bem-estar familiar (IC1-C)**, presente em 15% das entrevistas clarificadas pelo discurso:

*Nós peguemos aqui quando nós entremos era, bem dizer, tudo mato, né, **hoje está tudo formado**. Era o sonho que a gente tinha de possuir uma área **para a gente trabalhar e criar a família**. A vontade da gente, né, ter a terra da gente para a gente viver nela e **fazer uma casa boa para a gente morar lá**.*

Tal fato se dá pela dependência econômica que se tem dos recursos naturais nessa realidade social, o campo. Vale destacar que mesmo o local sendo importante para o bem-estar, por fornecer as condições para sua sobrevivência e para qualidade de vida, como destacado anteriormente, esse grupo de agricultores não consegue destacar o papel da floresta dentro da ótica econômica, como pode ser observado no trecho: “*era, bem dizer, tudo mato, hoje está tudo formado*”. O segmento ilustra a perspectiva de que “*para a gente trabalhar e criar a família*” é necessário à área aberta, conforme esses aprenderam durante gerações em suas regiões de origem, e do discurso desenvolvimentista regional. Esse aspecto também pode ser visto como uma falha dos serviços de assistência técnica e extensão rural, sejam eles públicos ou privados, os quais replicam experiências e tecnologias externas à região, e pouco consideram as características e potenciais do agroecossistema no qual a unidade familiar de produção se insere.

Nesse contexto, é necessário refletir sobre a diferenciação entre “extensão agrícola”, a qual trata essencialmente de aspectos relacionados à eficiência técnica e econômica dos processos de produção agropecuária, de “comunicação rural” que por sua

vez se integra à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo econômico e equidade social no meio rural (DIESEL; DIAS 2010), pautado no aprendizado da família e na troca de experiências. Esse DSC é finalizado com a seguinte expressão-chave: “*fazer uma casa boa para a gente morar lá*”, o qual demonstra que a consolidação da ocupação não está finalizada. A frase remete ainda a necessidade de renda, a qual provém, em grande parte, da pecuária em pequena escala, essa, por sua vez, dificilmente dará as condições financeiras necessárias para consolidação da infraestrutura de suporte para uma melhor qualidade de vida e bem viver.

Esse fato incide diretamente em políticas públicas como habitação rural e Política Nacional de Assistência e Extensão Rural (PNATER) que estimule o estabelecimento de sistemas agroalimentares diversificados regionais que aliem tanto a reprodução social da agricultura familiar geração de renda e trabalho, quanto à conservação da natureza.

A **questão das águas (IC2-A)**, presente em 52% das entrevistas, reflete a necessidade de conservação, dado que os agricultores percebem relação direta da degradação com a carência dos recursos naturais e da relação do meio ambiente com a sociedade, como demonstra o respectivo DSC:

Hoje não tem, eh... uma água suficiente por causa que a gente se acabou, a gente vê que essas chuvarada que dá aqui, ela não tem aonde ela parar, desce as enxurrada até dentro do rio acabando, com o solo da terra. Mas de acordo com as conversas que a gente ouve, né, e tanto lugar faltando água a gente... se acabar a água... eu não sei se acaba um dia, mas se acabar acabou o povo também, né, ninguém vevi sem água. Então, e essa ideia de ter esse reflorestamento na cabeceira de água das mina, eh... fazendo no longo tempo a água volta, né... A gente vê os terrenos tudo degradado e as água, tipo aquela água ali era uma água boa, uma água limpa, tinha profundidade e com o tempo foi sumindo.

Esse destaque demonstra há preocupação dos agricultores com a água em suas propriedades, além de conhecimento sobre a relação do desmatamento com a conservação dos recursos hídricos, e o aprendizado a respeito da erosão e perda de solo pela ausência de cobertura florestal e/ou ocupação de áreas mais sensíveis às práticas agrícolas convencionais.

A preocupação com a água ultrapassa os limites da propriedade, a partir do momento que fica evidente o medo da indisponibilidade desse recurso para sociedade:

“tanto lugar faltando água a gente... se acabar a água... eu não sei se acaba um dia, mas se acabar acabou o povo também, né, ninguém vevi [vive] sem água”. As três percepções remetem ao senso de responsabilidade, de forma que esses entendam por si que: *“reflorestamento na cabeceira de água das mina [nascentes], eh... fazendo no longo tempo a água volta, né”*, segmento que demonstra que os agricultores associam a recuperação florestal com a conservação das águas. Essa percepção pode representar uma tomada de consciência, pelo ato de perceber o ambiente em que se está inserido e a necessidade de proteção, não necessariamente resultando em ações nesse sentido (GONÇALVES; GOMES, 2014).

Um fator nítido da influência e/ou auxílio na tomada de decisão para a recomposição das áreas é compreendido em **incentivos externos e assistência técnica (IC2-B)**, presente em 23% das entrevistas, e constatado no seguinte DSC:

Uma das coisas que me incentivou, não sei se você conhece a EFA³ que... em Rondônia, né, foi aquela escola me incentivou mais. O pessoal sempre falava que... eh... agora a gente tem tipo uma ajuda pra... pra reflorestar, né? O motivo eu acho que é você se dedicar, gostar muito disso, né, eu gosto demais e eu acho que é o incentivo. Uma época eu fui em uma reunião que o Marco⁴ fez na 56⁵ e ele falou que se preservasse aonde a nascente da água nascia e plantasse árvore a mina voltava. Falaram que era bom reflorestar, as águas, né, que não tinha, a gente tinha derrubado tudo aí, né. Então foi aonde apareceu o projeto⁶ também que... que nós já ajudou na beira do rio lá.

Esse discurso demonstra que a restauração ecológica deve ter uma abordagem constante das entidades de ATER, no que tange principalmente aos processos de educação popular. Remete à importância de estabelecer, ou reestabelecer, os processos sociais e espaços de troca de experiências no meio rural. Sabe-se que ações educativas diferenciadas estabelecem alianças entre os sujeitos, na perspectiva de conceber a autonomia dos povos enquanto sujeitos históricos da construção social, de modo a possibilitar atitudes responsáveis em benefício dos agroecossistemas. A proposta

³ EFA: Escola Família Agrícola. Nesse caso o agricultor se refere a Escola Família Agrícola Chico Mendes, localizada no município de Novo Horizonte do Oeste, Rondônia, no Território Zona da Mata.

⁴ Marco é um extensionista rural ligado a ONG Ecoporé.

⁵ Linha 156, estrada vicinal localizada no município de Novo Horizonte do Oeste/RO.

⁶ O Agricultor refere-se ao projeto Viveiro Cidadão da ONG Ecoporé que fornece mudas, insumos e assistência técnica para recuperação de áreas degradadas na região.

educativa nesse caso deve convidar a população a ser sujeito da própria história, não em confronto com a natureza, mas alicerçada nos valores culturais que são portadoras (PEDROSO JUNIOR, 2000).

Logo, sugere-se que a abordagem de ATER mais conveniente para restauração ecológica se dá sob a perspectiva agroecológica, a qual por concepção tem como base o manejo ecologicamente prudente da natureza, nas ações de comunicação rural que promovam estilos de desenvolvimento e de agricultura sustentável, em respeito às condições exclusivas de cada agroecossistema, a conservação e a preservação da biodiversidade, diversidade cultural e o estímulo à produção de alimentos limpos para atender a população urbana e rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2002; ALMEIDA, 2003).

Ao considerar as vantagens, bens ou serviços percebidos pelos agricultores, pode-se estabelecer estratégias inovadoras que promovam a adesão aos programas de restauração ecológica, pois permite compreender as relações existentes entre os agricultores suas propriedades rurais. Nesse aspecto, são reconhecidos os **benefícios ambientais (IC3-A)**, presente em 58% das entrevistas, a IC mais representativa desta dimensão (D3) analisada, evidente no seguinte DSC:

O benefício é só **as água** não secar. A água, a água vai ser o grande benefício. Então, se nós não olhar, se o povo não cuidar, um dia nós vamos ficar sem água, né. O incentivo mais é recuperação do meio ambiente. É. Se ninguém faz, mas eu fazendo a minha parte eu... né. Acho que das duas formas, tanto do meio ambiente como, assim, financeiro ajuda a gente, não precisa estragar a natureza. **O ar puro pra gente, a vida**, muito mais assim, sei lá. A **umidade do ar**, tudo melhor, né. Como é que você vai sobreviver sem oxigênio? Sem a umidade. Então é o seguinte, você... então a gente vê o exemplo de outros lugar aí, então aqui você tem como, a hora que você... que a gente tá na sombra, aqui mesmo, você vai, né, saí daqui a área tá quente? Então, de uma forma ou de outra, aonde você passa que tem um arvoredo que o cara preservou, uma beira de corgo, ele preservou um ambiente. Produz mais oxigênio, né, você imagina se aqui perto de casa não tivesse um arvoredo, na hora do sol quente ficava no relento, né. É o que eu tô já lhe dizendo, mostrando já pelo meio **mesmo do clima, a temperatura**, é do ar, eh... é da sustentação daquelas nascente que tá lá hoje jorrando água. Ah, o benefício é bom pras águas, né, tudo essas coisas, né, tem uma mina que nasce, né, então protege, né, as nascente das águas, né, isso é muito importante pra gente, né. Ó, tipo assim, o riozinho que nós tem na fundiária, ele era bem bonitinho lá, encaixadinho tudo, né, depois,

conforme o gado foi passando e tudo, aquilo foi surriando tudo, né, e o rio tava já bem rasinho, sumindo. A água, porque a água, sem água nós não vevi, né? Todo mundo fala onde tem floresta, mata, aumenta as água, né?

As expressões-chave: *ar puro, águas, umidade do ar, temperatura amena*, questões microclimáticas, presentes no discurso indicam que esses agricultores percebem os serviços ecossistêmicos, bem como estabelecem uma relação desses com fatores causadores de desequilíbrio (desmatamento, degradação das áreas ciliares). Porém, como colocado anteriormente, eles têm, em seu discurso, elementos da discussão sobre mudanças climáticas globais e entendem que como agricultores têm seu papel, afinal “*Se ninguém faz, mas eu [estou] fazendo a minha parte...*”.

Apesar do discurso de que desmatar foi necessário para consolidar o uso do solo, identifica-se um paradoxo quanto à conciliação entre as atividades consideradas econômicas e a conservação da natureza. É importante destacar que esta aparente contradição apresentada no DSC é parte do processo de aprendizagem dialética com o meio no qual os agricultores vivem e experimentam. Assim como não se deve considerar que esse discurso representa a totalidade das representações sociais coletivas dos agricultores, mas apenas uma das camadas acessadas pela pesquisa.

Embora as ideias relativas ao ambiente sejam as mais representativas, parte dos agricultores não as dissociam das ações de recomposição o **benefício econômico (IC3-B)**, presente em 31% das entrevistas, como representado pelo DSC:

É evitar as enxurrada. Ah, tanque pro gado, né? Ah, eu acho que, pelo menos pro gado não entrar no brejo, não ficar atolada e por diante. A água que meu gado bebe é toda dessas nascente. Hoje em dia, eu já... já utilizo alguma dessas árvore que eu deixei, nós já tamos [estamos] utilizando elas pra própria cerca, pra fazer cerva, amoreira, eh... o tarumã [*Vitex mantevidensis*], nós já tiramos algum deles pra tá utilizando na mesma propriedade. A primeira hipótese é a água, né? O povo olha, a terra sem a água não tem valor. A área aqui, a parte de assoreamento que nós tínhamos aqui na área de safras, né, pode ver que esse ano já minimizou bastante devido as plantas.

É perceptível a valoração econômica atribuída à ‘natureza’ na propriedade rural. A percepção dos benefícios gerados pela restauração ecológica está diretamente ligada às atividades geradoras de renda ou quanto ao capital imobilizado (valor de venda da

propriedade rural). Apesar do conhecimento sobre o ambiente e dos recursos florestais usuais na propriedade, bem como dos prejuízos que podem decorrer pela degradação, não conseguem valorar os serviços ecossistêmicos como co-benefícios.

A restauração ecológica é também considerada um **benefício social (IC3-C)**, por 11% dos entrevistados, representado basicamente pelo senso de coletividade, seja por meio da obrigação legal em fazer (legislação), ou pela vontade própria, independente da origem da motivação. Assim, a ação de preservar, influencia ou é influenciada pelo senso de coletividade, conforme o DSC:

Na parte da lei hoje a gente tá cumprindo com ela, né? Você vê uma água fluindo novamente, aumentando, né, correndo de novo no seu leitozinho [leito do rio] do olho da água, então isso renova a esperança e eu acho que traz mais vontade de lutar e de preservar, né. É uma coisa que tem que fazer, né, todo mundo tem que fazer, recuperar a beira de rio pelo menos, né.

O discurso acima está ligado ao senso ético, norteado por um conjunto de valores e princípios, construído por algumas instituições sociais, como família e escola, alicerçada na história de vida, nas experiências e na formação, que constituem a moral do indivíduo (CORTELLA, 2017). “É como eu decido a minha conduta, inclusive no que tange a consciência ecológica, que também é uma questão ética, porque passamos a tomar a natureza como o outro, não como objeto” (CORTELLA, 2015, pág. 16). A partir do entendimento que a natureza é parte integrante do bem estar coletivo, esses agricultores assumem o dever ético de cuidar do que é coletivo, como por exemplo, as matas ciliares e conseqüentemente as águas.

Por fim, a **legislação ambiental (IC2-D)**, presente em 8% das entrevistas, está dentre os motivos para promover a restauração ecológica, porém não é fator determinante, mesmo após as amplas mobilizações governamentais em torno do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que vem sendo realizadas a partir da aprovação do novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). A IC que representa a percepção a respeito da recuperação florestal voltada aos aspectos legais resultou no seguinte DSC:

Todo mundo entrou aqui e derrubou as áreas beirando as água todo mundo tem que reflorestar 30 metros cada lado e se não florestar, ele vai perder até o lote. Eu via falar sobre o Cadastro Ambiental,

né, aí eu procurei logo a... a Plantar⁷, né, já consegui fazer o cadastro.

Para esses agricultores a influência da legislação ambiental é baixa, a qual pode estar correlacionada a duas questões: a) informações sobre a legislação não são precisas e/ou compreendidas em sua plenitude pelo público rural, a qual é vista apenas como um mero instrumento burocrático, e não um instrumento de gestão da propriedade; b) mesmo conhecedores da legislação ambiental os agricultores não acreditam que o aparato do estado seja capaz de cobrar o cumprimento das sanções previstas.

Em que pese à baixa influência da legislação ambiental nos discursos apresentados, isso não significa dizer que ela não seja importante no processo de conservação da natureza, mas sim, que há certo grau de incompreensão dos agricultores sobre o conteúdo das leis. Apesar de saberem, por exemplo, que o desmatamento, a caça, as queimadas, entre outros, são crimes e que podem sofrer penalidades, fica claro que os agricultores, ainda que conheçam os efeitos da degradação ambiental nas propriedades, pouco fazem a associação com a legislação ambiental.

É imprescindível salientar que o código florestal tem sido, ao longo do tempo, tratado como entrave ao desenvolvimento econômico, ao invés de um instrumento de planejamento e gestão. Clareza obtida pela discussão polarizada e de intensos debates entre ruralistas, ambientalistas e comunidade científica, por 12 anos de tramitação na Câmara dos Deputados, até aprovação de alteração no Código Florestal brasileiro (Lei 12.651/12). A motivação central para as mudanças não se relaciona, necessariamente a preocupação ambiental, uma vez que todas as propostas de alteração partiram do princípio de que a natureza é um empecilho ao desenvolvimento (SCHETTINO et al., 2018). As alterações no código florestal reconheceram a incapacidade de aplicação da política ambiental brasileira quanto à proteção da vegetação nativa em áreas privadas.

Esse entendimento é replicado por inúmeros agentes públicos que deveriam priorizar em seus planejamentos e discursos as questões ambientais, de forma a prever e minimizar os impactos na implantação de programas e ações governamentais. Ao não entenderem dessa maneira, transferem esse sentimento a população que replica o discurso de que a legislação ambiental é entrave para o desenvolvimento econômico.

⁷ Plantar é uma empresa de consultoria e assessoria rural localizada em Rolim de Moura/RO.

A AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA

A respeito da dimensão que trata a relação dos agricultores familiares da zona da mata rondoniense com o ambiente (D1), resta claro o curso do processo de construção identitária, identificada pela base imaterial/subjetiva e material/objetiva. Demonstrada pela estreita relação com a natureza e impactos gerados pela ocupação rural no decurso histórico.

As percepções quanto aos benefícios da presença de fragmentos florestais e da restauração ecológica para propriedade rural, remeteram as três dimensões clássicas da sustentabilidade: ambiental, social e econômica. Os discursos que remetem a benefícios sociais e ambientais são intrinsecamente associados, enquanto a dimensão dos benefícios econômicos é percebida em separado. Essa distância entre as dimensões social e ambiental da econômica deve-se a dificuldade de assimilação por parte dos agricultores do conceito de desenvolvimento sustentável.

Há de se considerar que as bases conceituais do termo não integram uma construção identitária desses sujeitos, enquanto o desmatamento, degradação da terra e contaminação fazem parte da historicidade desses agricultores. Foi o desmatamento e degradação da terra que geraram riquezas, trabalho e impulsionaram o crescimento econômico da região e de suas famílias. Importa chamar atenção no discurso midiático das políticas econômicas, que utilizam o termo “sustentabilidade” como clichê em sua concretização, corroborando para esse distanciamento.

Apesar da maioria dos agricultores familiares da região ser envolvido economicamente na atividade pecuária, esses ainda mantêm traços característicos do campesinato, onde a forma de relacionamento com a terra é base material de produção e reprodução social. Por esse motivo, ideias centrais relativas ao meio ambiente integram os discursos de todas as dimensões analisadas, no sentimento em relação ao lugar, nos motivos em recuperar áreas, ou pelos benefícios que a recuperação traz à propriedade.

Nesse sentido, refletimos que no processo identitário se configura o que podemos chamar de agricultor familiar amazônico, o qual é fruto da interação com as mudanças ambientais no território e que reconhece as fragilidades dos agroecossistemas e que busca mecanismos para reverter passivos ambientais, dentro de sua compreensão, ordem de importância e é claro de suas possibilidades econômicas e de trabalho, em um movimento simultâneo entre a conservação e necessidade de produção e reprodução social.

Essa categoria proposta não visa desqualificar outros grupos sociais amazônicos como pertencentes às agriculturas familiares existentes na Amazônia. Mas auxiliar cientistas, profissionais e a sociedade civil organizada a diferenciar esse grupo que apresenta traços do campesinato, elementos próprios da agricultura familiar, porém que ainda está em processo de construção identitária com o território e de aprendizado dos processos ecossistêmicos típicos da Amazônia.

CONCLUSÕES

As ideias centrais mais representativas foram os benefícios ambientais (IC3-A), e a questão das águas (IC2-A), presente em 58% e 52% das entrevistas respectivamente. Esses discursos explicam por que a restauração ecológica em APP é tão relevante e prioritária para os agricultores participantes do estudo. A experiência pretérita dos agricultores vinculada ao histórico da ocupação da propriedade (IC1-A), presente em 46% das entrevistas, demonstra a latente preocupação com a falta de água e o aprendizado oriundo do processo de colonização agrícola quanto à associação entre o desmatamento das APP com a escassez hídrica, e o reflorestamento de APP como fundamental para manutenção dos recursos hídricos.

A imposição legal, vinculada ao DSC legislação ambiental (IC2-D), presente em 8% das entrevistas, é a questão menos representativa para os agricultores entrevistados, uma vez que a água é de fundamental importância para seu desenvolvimento econômico, independente da legislação, a qual serve de parâmetro técnico balizador do que é necessário ser feito para atender as necessidades de regularidade legal da propriedade.

Os resultados demonstraram a importância de prever, nas ações de recomposição florestal o apoio aos agricultores, compreendido pelo DSC, incentivos externos e assistência técnica (IC2-B), presente em 23% das entrevistas. Deve-se considerar que muitos não dispõem de recursos técnicos e financeiros para implantação da atividade. Esse fator identificado demonstra que, além do entendimento da importância de recuperar áreas para o equilíbrio ecossistêmico, a ecologia da restauração precisa observar aspectos socioeconômicos do campo.

Nesse aspecto, ficou evidente o quanto é relevante promover o desenvolvimento de estratégias vinculadas às políticas de ATER especializada na restauração ecológica, visando à construção de ambientes educativos para troca de conhecimento entre

agricultores e técnicos. É de suma importância que extensionistas compreendam a importância da ecologia da restauração para manutenção dos serviços ecossistêmicos e das atividades econômicas regionais, conforme evidenciados no DSC benefício econômico (IC3-B), presente em 31% das entrevistas, que remete a importância da valoração econômica da natureza enquanto benefício tangível.

Das estratégias possíveis para programas de restauração ecológica, a mudança do discurso dos entes públicos que incidem na agricultura é um importante instrumento de sensibilização. É necessário que esses repliquem a ideia de que os instrumentos legais não são meros aparatos burocráticos para acesso a financiamentos e mercados, mas sim, que os componentes da natureza são importantes elementos que influenciam diretamente na produção de pequenas a grandes propriedades rurais.

AGRADECIMENTOS

A Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé, pelo fornecimento dos dados secundários e por oportunizar a realização das atividades de campo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª edição. **São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da UNICAMP**, 1998.
- ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. Annablume, Fapesp, São Paulo, 336 pp. 2000.
- ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, v. 24, n. 2, 2003. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/734/986>>. Acesso em: 23 ago 2020.
- ALVARES, C. A. STAPE, J. L. SENTELHAS, P. C. DE MORAES, G. LEONARDO, J. SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/content/schweiz/mz/2013/00000022/00000006/art00008>>. Acesso em: 23 ago 2020.
- ALVES, D. S. PEREIRA, J. L. G. DE SOUSA, C. L. SOARES, J. V. YAMAGUCHI, F. Characterizing landscape changes in central Rondonia using Landsat TM

- imagery. **International Journal of Remote Sensing**, v. 20, n. 14, p. 2877-2882, 1999. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/014311699211859>>. Acesso em 23 ago 2020.
- ANJOS, R. L. C. C. ALMEIDA, M. G. CURADO, F. F. A construção social dos agricultores familiares do Semi-Árido Sergipano e a Reserva Legal. **Do plural ao singular: dimensões da Reforma Agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 207-226, 2008.
- BALÉE, W. L. STEEN, H. K. TUCKER, R. P. **Indigenous history and Amazonian biodiversity**. In: HK Steen Tucker, Changing tropical forest: historical perspectives on today's challenges in Central and South America, Forest History Society, Durham, p. 185-197. 1992.
- BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio F. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. **Acta Amazônica**, v. 35, n. 2, p. 239-247, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/aa/v35n2/v35n2a14.pdf>. Acesso em 23 ago 2020.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2012.
- CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, p. 16-37. 2000.
- CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: **World Congress of Rural Sociology**. 2001. p. 114-123.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002. Disponível em: <<http://pvnocampo.com/agroecologia/agroecologia.pdf>>. Acesso em: 23 ago 2020.
- CAVALHEIRO, W.C.S. VENDRUSCOLO, J. SANTOS, L. M. H. SANTOS, A. M. Impacto da colonização na Zona da Mata Rondoniense, Amazônia Ocidental-Brasil. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 56, n. 1, p. 41-57, 2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3477/347738680003.pdf>>. Acesso em: 23 ago 2020.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Convivência e Ética: audácia e esperança!** Cortez Editora, 2015.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra? inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. Editora Vozes Limitada, 2017.

DIESEL, Vivien. DIAS, Marcelo Miná. Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural—quais fundamentos? **2º Seminário nacional de ensino em extensão rural**, v. 2, p. 1-12, 2010.

DUARTE, Sebastião Junior Henrique; MAMEDE, Marli Villela; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira de. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 620-626, 2009.

ECOPORÉ. **Ação Ecológica Guaporé: Relatório 1 – Atividades Geoprocessamento – Produto II**. 2013.

ECOPORÉ. **Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ/PPA 2013 – VIVEIRO CIDADÃO/Relatório 6**. (Relatório Técnico). 2015

FEARNSIDE, Philip Martin. Settlement In Rondonia And The Token Role Of Science And Technology In Brazil'S Amazonian Development Planning. **Interciencia**, n. 11 v. 5, p. 229–236. 1986. Disponível em:

<http://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/123/5973/1/Settlement_in_Rondonia.pdf>.

Acesso em: 23 ago 2020.

FEARNSIDE, Philip Martin. **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1993/Migracao-%20colonizacao.pdf>.

Acesso em 20 ago 2020.

FERRONATO, M. L., BONAVIGO, P. H., LIMA, N. L., SOUZA, M. A.,
FERRONATO, D. R. C. F., MOREIRA, S. N. S., SOUZA, D. B. **Viveiro Cidadão: Manual de recuperação florestal de áreas degradadas na zona da mata rondoniense**. 1 ed. 128 p. 2015.

FERRONATO, M. L. Percepção ambiental coletiva e envolvimento de agricultores familiares em ações de recuperação de áreas degradadas na zona da mata rondoniense. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, 2016.

FIORI, Marcus Fernando. FIORI, Luis Eduardo. NENEVÉ, Miguel. Colonização agrícola de Rondônia e (não) obrigatoriedade de desmatamento como garantia de posse

sobre a propriedade rural. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/862/1836>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GÓMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. **Biotropica**, p. 125-135, 1971.

GONÇALVES, Bruno Villaça. GOMES, Laura Jane. Percepção ambiental de produtores rurais na recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim–Sergipe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v29i0.32327>>. Acesso em 20 ago. 2020.

INPE. 2019. **Desflorestamento nos municípios da Amazônia Legal para o ano de 2019**. Disponível em: <www.obt.inpe.br/prodes>. Acesso em 06/06/2020.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa; desdobramentos**. Educs, Caxias do Sul, 256 pp. 2003.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito coletivo que fala. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 517-524, 2006.

MARQUES, José Geraldo W. Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano. USP/Nupaub, São Paulo, 1995, 285 pp.

MENDONÇA, Francisco. Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in) sustentabilidade ambiental. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 4, 2000. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v4i0.3341>>. Acesso em 18 ago. 2020.

MOURÃO A.R.T. CAVALCANTE S. Identidade de lugar. In: S Cavalcante, GA Ellali, **Temas básicos em Psicologia ambiental**. Editora Vozes, p. 208-216. 2011.

NAVES, Laila Maria Sousa; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Os aspectos formadores da identidade dos agricultores familiares: a comunidade rural Olhos d’ água no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/34609>>. Acesso em 18 jul. 2020.

NAVARRO, Zander. **A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In GASQUES, JG. VIEIRA FILHO, J.E.R.

NAVARRO Z. A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Embrapa Estudos e Capacitação. Ipea, p. 185-209. 2010.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes et al. Etnoecologia e conservação em áreas naturais protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagui. São Carlos, Dissertação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 80 pp. 2002.

PLANAVER, Brasil. Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. **Ministério do Meio Ambiente: Brasília, Brasil**, v. 76, 2017.

Trivinões ANS. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**, Atlas, São Paulo, 175 pp. 1987.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In H Gustavo, C Ferreira. **Geografia Agraria no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais. Jundiaí: Paco Editorial**, p. 333-354. 2016.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre**, 2010.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979.